

# Inclusão e Educação 3

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini  
(Organizadoras)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Danielle H. A. Machado**  
**Janaína Cazini**  
(Organizadoras)

# **Inclusão e Educação**

## **3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-031-5

DOI 10.22533/at.ed.315191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. 4. Incapacidade intelectual. I. Machado,  
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todas as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu III volume, com 18 capítulos, apresentam estudos sobre Paralisia cerebral; Autismo; Tratamento; Estimulação sensorial; Fisioterapia; Comunicação alternativa; aplicadas na educação com objetivo de sensibilizar, produzir conhecimento e mobilizar os leitores para as possibilidades e potencialidades dos discentes que possui alguma deficiência intelectual.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n 9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todas as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume III é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem alguma das diversas deficiências intelectuais as quais podem comprometer seu processo de cognição, trazendo artigos que abordam: Revisões Literárias para aprofundamento do tema; experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos; A fisioterapia e o Estimulo Sensorial como ferramentas de apoio ao desenvolvimento do discente; As tecnologias que ampliam as habilidades funcionais e, assim, promovem uma vida independente.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	
<i>Giuzza Ferreira da Costa Victório</i>	
<i>Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra</i>	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
ASPECTOS FACILITADORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Vera Lucia Mendonça Nunes</i>	
<i>Graziele Perpétua Fernandes Mello</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOSÉ DE SOUZA – ZEZÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Edilmar Galeano Marques</i>	
<i>Patricia Lima Domingos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À INCLUSÃO: AÇÃO DOCENTE NO ENSINO COMUM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Rosane Santos Gueudeville</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Calebe Lucas Feitosa Campelo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
O AUTISTA NA CONVIVÊNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Janine Marta Coelho Rodrigues</i>	
<i>Aureliana da Silva Tavares</i>	
<i>Suely Aragão Azevêdo Viana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>60</b>
APRENDIZADO MUSICAL E DIMINUIÇÃO DE ESTEREOTIPIAS EM CRIANÇAS COM AUTISMO – ESTUDO DE CASO	
<i>Valéria Peres Asnis</i>	
<i>Nassim Chamel Elias</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3151915017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 69**

MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE JACOBINA

*Kátia Cristina Novaes Leite*

*Maikson Damasceno Machado*

*Eliata Silva*

*Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios*

**DOI 10.22533/at.ed.3151915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

BONECAS COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Circe Mara Marques*

*Leni Vieira Dornelles*

**DOI 10.22533/at.ed.3151915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 92**

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO SUDOKU

*Denise Vares Seixas*

*Zoraide de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.31519150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 98**

O DISPOSITIVO TECNOLÓGICO READSPEAKER COMO RECURSO À VERBALIZAÇÃO PARA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Adilia Maria Pires Sciarra*

*Fernando Batigália*

**DOI 10.22533/at.ed.31519150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 106**

UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE APEGO DE UMA CRIANÇA COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Vanessa Nicolau Freitas dos Santos*

*Pompeia Villachan Lyra*

**DOI 10.22533/at.ed.31519150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 117**

A FISIOTERAPIA APLICADA EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL UTILIZANDO OS PRINCÍPIOS DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL

*Cristiane Gonçalves Ribas*

*Jessika Kussem Santos*

*Flávia Letícia Martins Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.31519150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 134**

A TERAPIA OCUPACIONAL EM UM SERVIÇO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Débora da Silva Firino Felismino*

*Cristyeleadjerfferssa Katariny Vasconcelos Mauricio*

*Juliana Peixoto Carvalho*

*Lívia Caroline Alves Souza*

*Andreza Aparecida Polia*

**DOI 10.22533/at.ed.31519150114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>143</b>
COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COM GESTOS E OBJETOS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA SENSORIAL	
<i>Flavia Daniela dos Santos Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>153</b>
GRUPO TERAPÊUTICO DE ATIVIDADES LÚDICO DESPORTIVAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Inglis Araújo da Silva Gomes</i>	
<i>Juliana Cristina Salvadori</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>162</b>
VIRTUALIZAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DOS JOGOS ONLINE	
<i>Patrícia Souza Leal Pinheiro</i>	
<i>Maria Inês Corrêa Marques</i>	
<i>Eduardo Chagas Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO FACILITADORA DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL	
<i>Shirley de Souza Silva</i>	
<i>Pâmela dos Santos Rocha</i>	
<i>Lídia Maria da Silva Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.31519150118</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>180</b>

## A TERAPIA OCUPACIONAL EM UM SERVIÇO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Débora da Silva Firino Felismino**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa-Paraíba.

**Cristyeleadjerferssa Katariny Vasconcelos  
Mauricio**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa-Paraíba.

**Juliana Peixoto Carvalho**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa-Paraíba.

**Lívia Caroline Alves Souza**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa-Paraíba.

**Andreza Aparecida Polia**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa-Paraíba.

**RESUMO:** No Brasil há diversas leis que asseguram o acesso da educação às pessoas com deficiência, tanto no que se refere ao ensino básico como superior. Para facilitar e assegurar o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior, foram criados programas que recomendam ações buscando garantir o acesso pleno às Instituições Federais de Ensino Superior. Foi criado na Universidade Federal da Paraíba o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), o qual tem o intuito de garantir o acesso dos alunos, professores e servidores técnico-

administrativos com deficiência da referida instituição. Para que isto ocorra de maneira mais efetiva, o CIA conta com o apoio dos estudantes concluintes do Curso de Terapia Ocupacional, os quais cumprem estágio curricular no setor. Esta parceria é baseada no conceito que, a Terapia Ocupacional é uma profissão que faz uso das ocupações em indivíduos ou grupos objetivando melhorar ou possibilitar a participação dos mesmos em diversos ambientes, pois considera que as ocupações são fundamentais para o seu desenvolvimento. Este estudo trata-se de um relato de experiência das discentes da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, o qual tem como objetivo relatar as ações desenvolvidas no CIA juntamente com os indivíduos assistidos pelo setor, no período de janeiro a junho de 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia Ocupacional; Inclusão Educacional; Pessoa com Deficiência.

**ABSTRACT:** In Brazil there are several laws that ensure access to education for people with disabilities, both in terms of basic and higher education. To facilitate and ensure the access of students with disabilities to higher education, programs have been created that recommend actions aimed at guaranteeing full access to Federal Institutions of Higher Education. The

Inclusion and Accessibility Committee (CIA) was created at the Federal University of Paraíba, which aims to guarantee the access of students, professors and technical-administrative employees with disabilities of said institution. For this to occur more effectively, the CIA counts on the support of the final students of the Occupational Therapy Course, who complete a curricular internship in the sector. This partnership is based on the concept that Occupational Therapy is a profession that makes use of occupations in individuals or groups with the aim of improving or enabling their participation in different environments, since occupations are fundamental to their development. This study is an experience report of the students of the course Curricular Supervised I, of the Undergraduate Course in Occupational Therapy of the Federal University of Paraíba, which aims to report the actions developed in the CIA together with the individuals assisted by the sector, in the period from January to June 2016.

**KEYWORDS:** Occupational therapy; Educational Inclusion; Disabled Person.

## INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6,2% da população brasileira possui pelo menos uma das quatro deficiências pesquisadas por eles: intelectual, física, auditiva e visual. (IBGE, 2013).

Sabe-se que algumas dificuldades são inerentes à deficiência, por exemplo: dependendo do tipo e grau do comprometimento pessoas com deficiência física podem ter dificuldade de locomoção, pessoas com deficiência auditiva podem apresentar dificuldade na comunicação e pessoas com deficiência intelectual dificuldades na aprendizagem.

Estas características podem dificultar e até impedir o envolvimento em ocupações, tais como: Atividades de Vida Diária (AVD), ou seja, tomar banho, comer, vestir; Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), fazer uma compra, pagar uma conta; trabalhar e estudar.

Segundo a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA, 2015), a terapia ocupacional é uma profissão que faz uso terapêutico de ocupações em indivíduos ou grupos objetivando melhorar ou possibilitar a participação em papéis, hábitos e rotinas em diversos ambientes como casa, escola, local de trabalho, comunidade e outros lugares, pois, esta profissão considera que as ocupações são fundamentais para identidade e senso de competência dos indivíduos e tem significado especial e valor para estes.

O art. 5º, inciso XI, da resolução CNE/CES 6/2002, disciplina que os profissionais de terapia ocupacional precisam aprender na graduação, “desempenhar atividades de assistência, ensino, pesquisa, planejamento e gestão de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações”(CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, p.3), como também, desenvolver atividades com

pessoas em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, percepto-cognitivo, mental, psíquico e social.

A terapia ocupacional tem vários campos de atuação, atuando em todos os níveis de atenção à saúde e programas socioassistenciais, na saúde do trabalhador e na educação, além da gestão nestes serviços. (COFFITO, 2014).

Neste trabalho teremos como foco a atuação da terapia ocupacional no campo da educação.

Segundo a RESOLUÇÃO N° 445 de 26 de abril de 2014 do COFFITO, os profissionais de terapia ocupacional que trabalham na educação têm o objetivo de:

“(...) facilitar o processo de ensino/aprendizado, a superação das desigualdades educacionais e a inclusão escolar, a formação para o trabalho, a promoção da participação e da cidadania de crianças, jovens, adultos e idosos.” (COFFITO, 2014, p. 19).

O processo de inclusão escolar ainda é um desafio no Brasil, e o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas instituições de nível superior (INS) têm sido bastante discutidos nos últimos anos. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Muitas leis asseguram o direito de inclusão, acesso e permanência destas pessoas ao ensino superior, entre elas destaca-se a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a PL 485/2015 que alterou a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, tornando as instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio, obrigados a conceder em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 5% (cinco por cento) de suas vagas para candidatos com deficiência.

Segundo o Art. 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, Art. 27)

Para facilitar a inclusão destes indivíduos na educação superior o MEC também criou o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) em 2005, que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes), que levou a criação de vários serviços de apoio a pessoas com deficiência nestas instituições. (MEC, 2005).

Entretanto, estudos comprovam que existem alguns dificultadores da permanência destes alunos em instituições de nível superior, tais como: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

Sendo as barreiras arquitetônicas aquelas existentes nos edifícios públicos e privados; barreiras comunicacionais são qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que dificulta ou impossibilita a expressão ou o recebimento de informações, as barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade com as demais pessoas (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015). As barreiras pedagógicas são decorrentes da ação docente, nas práticas pedagógicas em sala de aula, na adequação do material didático e no acesso ao conteúdo ministrado pelos professores. (CASTRO; ALMEIDA, 2014).

As produções científicas dos trabalhos realizados para inclusão nos institutos federais, tem recebido ampla divulgação mais recentemente, entretanto, tem muitos casos específicos de situações de alunos que demandam maior investigação e qualificação dos profissionais da educação superior para lidar com estas questões.

Aqui serão relatadas as ações desenvolvidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), junto aos alunos e funcionários com deficiência da instituição, como também as ações desenvolvidas por estagiários concluintes do curso de terapia ocupacional no período de janeiro a junho de 2016.

## **METODOLOGIA**

Este estudo consiste em um relato de experiência das discentes da disciplina Estágio Curricular Supervisionado I, do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, situado nordeste do Brasil, Campus I. As ações foram realizadas no Comitê de inclusão e Acessibilidade da universidade supracitada, no período de janeiro a junho de 2016, nosso intuito é de socializar as experiências adquiridas e a atuação da terapia ocupacional na organização de um serviço de inclusão escolar.

Os dados exibidos a seguir foram compilados de arquivos do comitê e de diários de campo das estagiárias. Utilizou-se análise descritiva e os dados obtidos foram tabulados utilizando o programa Excel 2010.

Utilizamos os dados do sistema do CIA para fazer um levantamento dos alunos com deficiência cadastrados neste comitê, após a vinculação do mesmo ao gabinete da reitoria da UFPB. Como exposto anteriormente o CIA foi vinculado ao gabinete da reitoria em 2013.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. Foi

criado oficialmente no dia 26 de novembro de 2013 através da Resolução nº 34/2013 do Conselho Universitário (CONSUNI), é composto por representantes das Pós Reitorias, Centros de Ensino, Comunidade Universitária com deficiência e entidades representativas dos servidores da UFPB. A professora Andreza Polia, docente do Departamento de Terapia Ocupacional, exercia o cargo de coordenadora do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB no período de julho de 2011 a dezembro de 2017.

O CIA tem a finalidade de efetivar a Política de Inclusão da UFPB, conforme prevê a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008); o Decreto nº 7.611 (2011) sobre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado – AEE; o Decreto 7.612 (2011) que institui o Plano Viver sem limites; além do Decreto nº 5.296 de 2004. Dessa forma, possui como principal objetivo assistir a todos os alunos, docentes e servidores da UFPB que possuam algum tipo de deficiência ou limitação, reconhecendo as potencialidades e atendendo as demandas de cada indivíduo de forma individual, agrupando recursos humanos e materiais necessários para promover acessibilidade integralmente.

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade conta com a colaboração das Subsedes localizadas nos outros campi da UFPB, as quais trabalham em conjunto com a subsede de João Pessoa. Para desenvolvimento de suas atividades, programas e projetos, conta com os Grupos de Trabalho (GT) – por ele criados e a ele submetidos – e que atuam diretamente vinculados às áreas específicas de efetivação de suas políticas de inclusão e acessibilidade, sendo assim definidos: GT de Acessibilidade Pedagógica; GT de Acessibilidade Atitudinal; GT de Acessibilidade Comunicacional; GT de Acessibilidade Arquitetônica.

O comitê estabelece parcerias com vários laboratórios e setores da universidade: LACESSE (Laboratório de Acessibilidade da UFPB); LAVITA (Laboratório de Tecnologia Assistiva); Clínica Escola de Terapia Ocupacional; NEDESP (Núcleo de Educação Especial); Setor braile da biblioteca central da UFPB.

O comitê de inclusão possui o “Projeto Empoderar para Crescer” que tem por objetivo desenvolver a autonomia e as habilidades laborais das pessoas com deficiência intelectual, através da inserção em diversos setores da UFPB, acompanhadas por estagiários. Além disso, promove o Programa de Apoio aos Estudante com Deficiência, no qual são selecionados alunos, através de editais, que atendendo as normas previamente definidas ligadas a conhecimentos básicos sobre as deficiências e selecionados pelos alunos que receberão o apoio, assumem o compromisso de serem apoiadores, dessa forma, passam a assistir os estudantes, conforme as peculiaridades e necessidades educacionais de cada deficiência ou alteração, atendendo desde demandas físico-motoras, auditivas, visuais, transtornos funcionais específicos ((TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) até outras demandas pedagógicas.

Diante da necessidade de executar todas as atividades ligadas ao comitê, são divulgados editais para estagiários extracurriculares, sendo estes distribuídos entre os

GTs, sede e subsedes, caso necessário em laboratórios parceiros e outros setores da UFPB.

O CIA dispõe também das atividades de estágio curricular, realizado por discentes do curso de terapia ocupacional da própria instituição, estes são distribuídos em diversas funções, dentre elas, atividades administrativas, capacitação e palestras para imergir a comunidade acadêmica aos conhecimentos sobre as diversas deficiências. Realiza-se ainda a divulgação das ações realizadas pelo comitê dentro e fora da universidade, principalmente em escolas, levando informações que incentivem a continuidade do ensino médio para o superior, os estagiários trabalham como facilitadores das relações entre alunos assistidos-professores-alunos apoiadores, buscando atender as demandas de cada caso da melhor forma, realizam ainda visitas em sala de aula para conhecer de perto as necessidades dos alunos com deficiência e professores, para a partir destas estabelecer estratégias para promover a resolubilidade das demandas.

Além das atividades descritas anteriormente, os estagiários realizam avaliações iniciais de cada aluno que irá ser assistido pelo comitê, a partir são feitos os encaminhamentos necessários, no caso de encaminhamento para clinica escola de terapia ocupacional, os mesmos realizam os atendimentos.

Dentre as muitas atividades realizadas é importante citar também a presença em reuniões para discutir os interesses da comunidade com deficiência e lutar por estes, estabelecendo parcerias com a equipe técnica, membros do conselho e coordenação, sempre supervisionados, para que possam exercer suas funções de maneira satisfatória.

No período de 2013 a 2015, cerca de 644 alunos com deficiência entraram por cotas na UFPB, estes dados foram enviados para o comitê de inclusão e acessibilidade pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) um dos órgãos auxiliares de direção superior da Reitoria da UFPB, que anualmente envia uma planilha com nome, curso e tipo de deficiência dos alunos que ingressão por cotas.

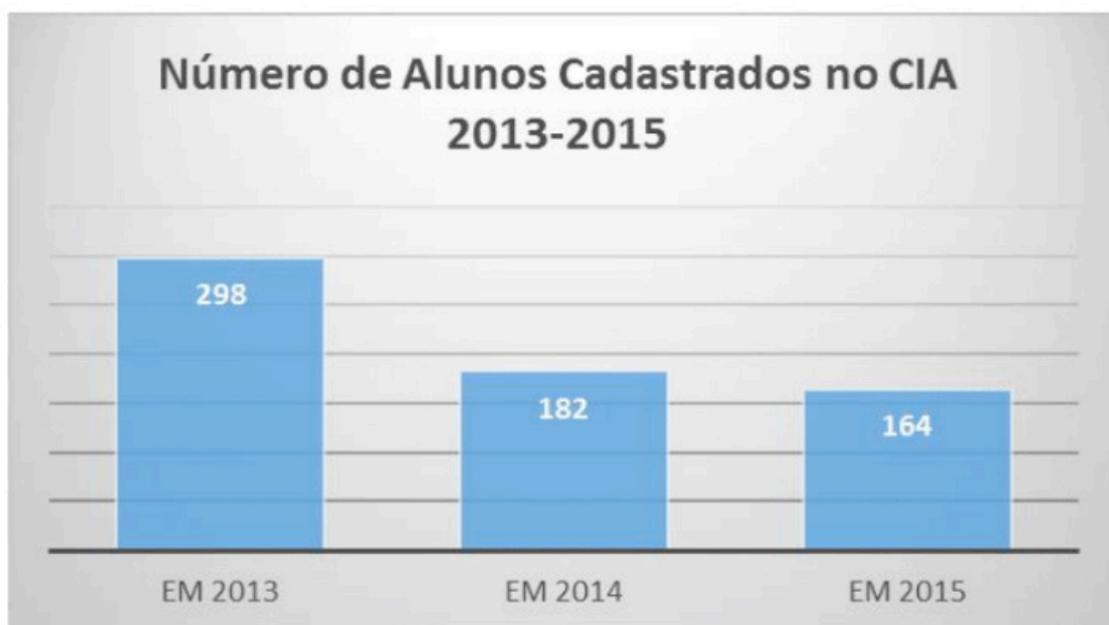


Gráfico 1: Número de alunos cadastrados no CIA 2013-2015

No gráfico acima, podemos observar um elevado número de estudantes que entraram por cotas na UFPB no ano de 2013 (298 pessoas cadastradas), em comparação com os demais anos. Houve uma considerável redução do quantitativo de sujeitos em 2014 e uma pequena redução em 2015.

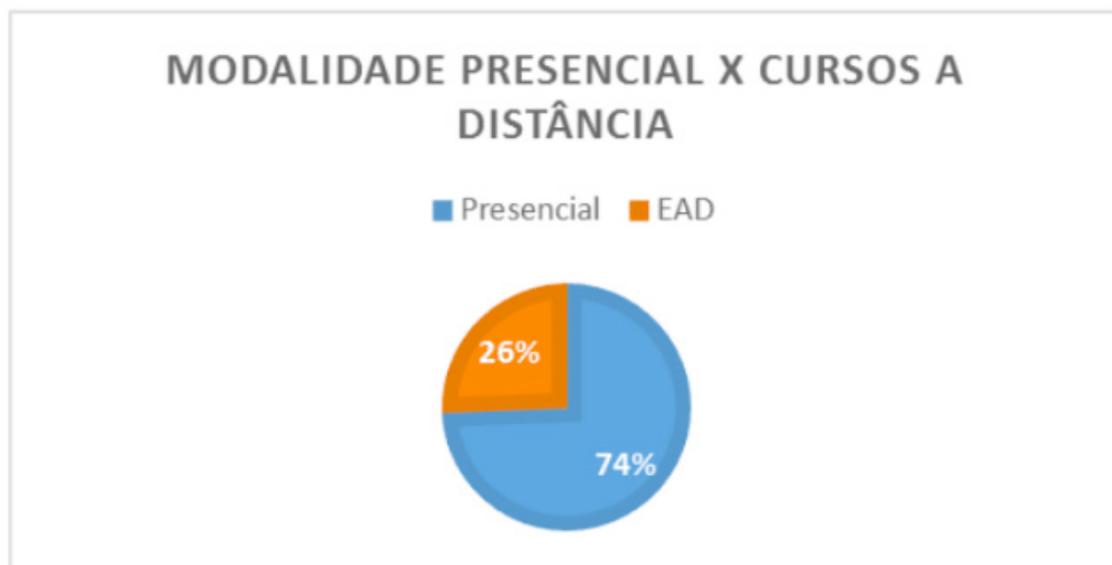


Gráfico 2: Modalidade presencial x cursos a distância 2013-2015.

Como observado na tabela acima, dos 644 alunos com deficiência matriculados nos anos de 2013 a 2015, em sua maioria foram alunos da modalidade presencial 479 (74%), distribuídos pelos Campus I, II, III e IV. E 165 (26%) alunos da modalidade de cursos a distância.

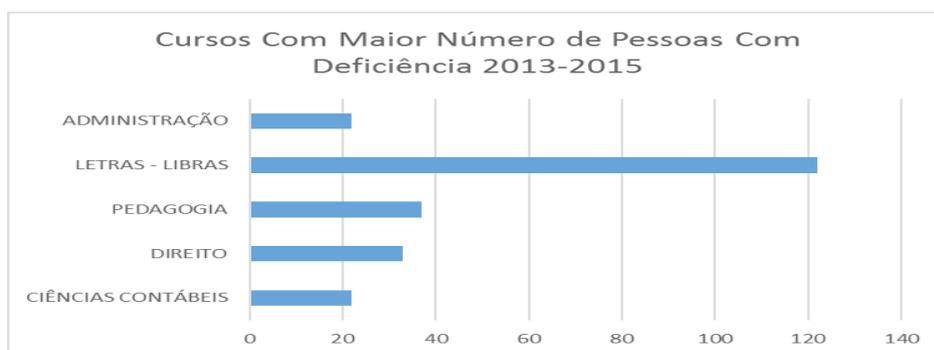


Gráfico 3: Cursos com maior número de pessoas com deficiência 2013-2015.

Observa-se na tabela acima que os cursos que mais receberam alunos com deficiência no período de 2013-2016, foram em primeiro lugar com mais de 120 pessoas letras libras, seguido por pedagogia, direito, administração e ciências contábeis. Estes dados estão relacionados ao fato que o curso letras libras é oferecido na UFPB virtual, sendo destinado principalmente às pessoas com deficiência auditiva, é importante ressaltar que os estudantes da UFPB virtual também são assistidos pelo CIA.

Este quantitativo de alunos com deficiência matriculados na UFPB não corresponde ao quantitativo de alunos cadastrados no CIA, pois, muitos destes alunos

não procuram o CIA para realizar o cadastro que não é obrigatório.

O cadastramento dos alunos com deficiência no CIA, ocorrem após matrícula dos mesmos na UFPB. A Pró Reitoria da Graduação (PRG), órgão responsável pela matrícula dos alunos, encaminha os alunos com deficiência para o CIA, onde os alunos passam por uma avaliação, realizada pelos estagiários concluintes de Terapia Ocupacional, onde são observadas as necessidades especiais dos mesmos e realizado os devidos encaminhamentos.

Com os dados da avaliação é realizado um memorando que cita as necessidades pedagógicas dos alunos, neste memorando também contêm orientações aos professores, estes documentos são direcionados as coordenações dos cursos destes alunos.

Os encaminhamentos realizados são para as clinicas escolas da UFPB, sendo estas as clinicas escolas de terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia e psicopedagogia, também são feitos encaminhamentos para o Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB.

Ainda nesta avaliação é visto a necessidade de um aluno apoiador para auxílio do aluno com deficiência dentro do campus, como também, os alunos são vinculados ao Restaurante Universitário onde poderão se alimentar gratuitamente.

É importante ressaltar que os Terapeutas Ocupacionais são profissionais que possuem diversas áreas de atuação como, saúde, trabalho, educação e assistência social, e trabalham com pessoas com diversos tipos de comprometimento, físico, psicológico e social, os mesmos tem como foco as ocupações (AOTA, 2015), logo, tornam-se profissionais preparados para esta função de avaliação das necessidades ocupacionais e pedagógicas dos alunos com deficiência.

## CONCLUSÃO

Os dados citados nesse artigo mostram o quanto a Universidade Federal da Paraíba vem se preparando para receber alunos com deficiência, visto que o ingresso desses alunos já tem uma proposta diferenciada para inclusão no ensino superior, sendo assim a necessidade de se adaptar tanto dentro da sala de aula, como no campus para que esses alunos não sintam grandes dificuldades para se locomover entre os centros e não perder alguma atividade dentro de sala de aula por falta de equipamentos e auxilio para desenvolvimento da mesma.

Outro grande diferencial que a instituição de ensino encontrou para cuidar melhor dos seus alunos foram as parcerias com as clínicas escolas, pensando no contexto geral e trazendo desenvolvimento e autonomia para um profissional com deficiência a ser inserido no mercado de trabalho após anos de estudo. Sendo assim, entendemos a necessidade do estágio curricular do curso de Terapia Ocupacional da UFPB que em uma das abordagens é a educação e tem como objetivo incluir atividades necessárias

para a aprendizagem e participação no ambiente educacional e assim levando um melhor desenvolvimento desse aluno. Essa devolutiva vem acontecendo através de avaliações e aprovações em matérias que muitas vezes os alunos se prendiam por alguma necessidade não exposta aos colegas e professores, mostrando a importância dessa profissão dentro de ambientes de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. **Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.)**. American Journal of Occupational Therapy, v. 68, pg. 1–48, 2014
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p.1.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SEESP. Programa Incluir, edital nº 3, de 26 de abril de 2007. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191o da Independência e 124o da República.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194o da Independência e 127o da República.
- CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Rev. Brasileira de Educação Especial, Marília, v.20, n.2, p. 179-194, abr.-jun., 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução Nº 445 de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2013 : ciclos de vida : Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. - Rio de Janeiro, 2015. 92 p

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-031-5

